

08.2.NOTAS AO
BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Entidade: Câmara Municipal de Odívetas

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

8.2.1. Não ocorreram derrogações ao POCAL neste exercício.

8.2.2. Comparabilidade.

Em 2012 iniciou-se o processo de inventariação do Património, tendo sido refletidos na contabilidade (sem a devida reconciliação com os registos contabilísticos) o resultado dessa inventariação, cujos efeitos foram os seguintes (nas contas de 2012):

Rubricas das Demonstrações Financeiras	Ativo Bruto	Amortizações Acumuladas	Efeito na Conta 59	Efeito na Conta 57
Bens de Domínio Público:				
Terrenos e recursos naturais	-58.251.527,91		-58.251.527,91	
Edifícios	0,00		0,00	
Outras construções e infraestruturas	-140.339.546,90	12.829.343,40	-153.169.014,29	123,99
Bens património histórico, artístico e cultural	-1.596,15	3.450,00	-5.046,15	
Outros bens de domínio público	2.373.730,42	-447.393,71	2.821.124,13	
Imobilizações em curso	0,02		0,02	
Adiantamentos por conta de bens do domínio público	0,00		0,00	
	-196.218.940,52	12.385.399,69	-208.604.464,20	123,99
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	-4.000,00	-2.500,00	-1.500,00	
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00		0,00	
Propriedade Industrial e outros direitos	-286.600,45	-124.519,56	-162.080,89	
Imobilizações em curso	0,00		0,00	
Adiantamentos p/conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
	-290.600,45	-127.019,56	-163.580,89	0,00
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	14.526.667,81		14.494.437,81	32.230,00
Edifícios e outras construções	157.708,02	-9.753.488,03	9.911.196,05	
Equipamento básico	2.779.783,90	2.969.722,83	-189.938,93	
Equipamento de transporte	-484.651,19	-358.924,04	-125.727,15	
Ferramentas e utensílios	-51.594,18	-56.138,82	4.544,64	
Equipamento administrativo	-4.361.983,48	-3.837.214,75	-524.768,73	
Taras e vasilhame	0,00		0,00	
Outras imobilizações corpóreas	1.292.928,15	1.300.834,58	-7.906,43	
Imobilizações em curso	0,00		0,00	
Adiantamentos p/conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00	
	13.858.859,03	-9.735.208,23	23.561.837,26	32.230,00
Efeito Total	-182.650.681,94	2.523.171,90	-185.206.207,83	32.353,99

Durante o exercício de 2013 foi concluído o processo de reconciliação do inventário com registos prediais e matriciais, bem como com a informação disponível na DGOU relacionados com processos de cedência de terrenos dos vários alvarás emitidos do Município. Este trabalho foi desenvolvido pelo Gabinete de Gestão Patrimonial e de Administração Geral do Município, do qual resultaram os seguintes ajustamentos na conta de Resultados Transitados (efeito líquido de 59.214.611 euros):

RUBRICAS	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS
Bens de Domínio Público:		
Terrenos e recursos naturais	255.196,85	0,00
Edifícios	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	-81.200.983,78	-20.624.738,65
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	69.362,79	31.213,26
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de bens do domínio público	0,00	0,00
	-80.876.424,14	-20.593.525,39
Imobilizações Incorpóreas:		
Despesas de instalação	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00
Propriedade Industrial e outros direitos	84.955,75	84.955,73
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos p/conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
	84.955,75	84.955,73
Imobilizações Corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	-3.807.592,03	0,00
Edifícios e outras construções	6.803.586,02	1.919.928,68
Equipamento básico	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00
Equipamento administrativo	36.355,37	37.028,55
Taras e vasilhame	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	-4.547,80	2.556,94
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos p/conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00
	3.027.801,56	1.959.514,17
TOTAL	-77.763.666,83	-18.549.055,49

Em 2014 foi efetuado o levantamento por parte da DGOU das cedências / construções resultantes dos alvarás existentes, tendo para o efeito sido identificados montantes que foram corrigidos no módulo de património.

Para os bens em que não foram identificados os montantes de construção / cedências e os respetivos autos de receção, foram desvalorizados para zero.

O efeito destas situações nas contas de Imobilizado e Fundos Patrimoniais foi um incremento de 13.883.890 euros.

O detalhe é apresentado na nota 8.2.7, abaixo.

Foi decisão do Município proceder-se à constituição de uma Comissão de Avaliação, a qual terá como objetivo, designadamente, efetuar uma correta valorização para os bens que atualmente estejam a zero, tendo em conta o preconizado no POCAL para este efeito, ou seja:

Custo de aquisição ou custo de produção (ponto 4.1.1 do POCAL).

Valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos da lei (ponto 4.1.4 do POCAL).

Avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens (ponto 4.1.4 do POCAL).

Valor zero (ponto 4.1.4 do POCAL).

Assim, deste trabalho de valorização irão resultar ainda alterações nas rubricas de Terrenos e de Outras Construções e Infraestruturas e respetivas Amortizações Acumuladas e do Exercício, bem como nas rubricas dos Fundos Próprios.

8.2.3. Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da compensação. A valoração dos ativos e passivos tem em conta os critérios valorimétricos, bem como os critérios e métodos específicos descritos.

Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente s várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

Imobilizações

As imobilizações estão registadas da seguinte forma:

1. Em resultado do processo de inventariação do Património do Município, foram utilizados para a valorização dos bens os critérios abaixo apresentados, pela sua ordem:

- valor de aquisição;
- valor patrimonial;
- valor de € 492,00/m2 com base na Portaria 16-A/2008, de 9 de janeiro, para construção;
- valor de € 570,30/m2 com base na Portaria 1529-A/2008, de 26 de dezembro, para habitação social.

2. Existem ainda bens imóveis que estão reconhecidos ao justo valor, reportado a 19/12/2008, cuja avaliação foi efetuada por perito independente, existindo relatórios de avaliação a suportar os referidos montantes.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital) são relevados ao custo de aquisição.

. Existências

As existências são registadas ao custo de aquisição líquido de IVA, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

. Dívidas de e a terceiros.

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos apresentados.

. Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

. Acréscimos e Diferimentos

Os proveitos e os custos foram registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente de impostos diretos e indiretos é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

Os critérios e métodos utilizados:

. Amortizações

As amortizações são calculadas sobre o valor do custo de aquisição de acordo com as taxas previstas na Portaria 671/2000 – CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do estado. O método de Cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários e estão associadas a perdas de valores de Ativos (para cobrança duvidosas).

Relativamente às provisões para riscos e encargos (contas de passivo), as mesmas refletem as responsabilidades da Câmara em processos judiciais em curso, para os quais existem fortes probabilidades de vir a ser condenada.

. Subsídios

Os subsídios recebidos para compartilhar os custos com a construção de imobilizado são reconhecidos no passivo, sendo transferidos para proveitos na proporção das amortizações dos referidos bens subsidiados.

Sempre que existe fortes probabilidades dos subsídios serem recebidos são efetuadas estimativas (com base nas faturas consideradas elegíveis no âmbito de cada projeto) e relevados no ativo (conta de devedores diversos) por contrapartida do passivo (subsídios ao investimento) ou proveitos operacionais (subsídios à exploração).

Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- . Vida útil do património
- . Provisões das dívidas a receber
- . Provisões para riscos e encargos
- . Estimativa de Férias e Subsidio de Férias
- . Proveitos a receber de projetos participados
- . Subsídios a receber de terceiras entidades
- . Taxas a receber de terceiros.

8.2.4. Não se aplica, em virtude de não se ter efetuado qualquer operação em moeda estrangeira.

8.2.5. Não se aplica.

8.2.6.

Na conta 43 – Imobilizado Incorpóreo não existem itens relativos a despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.

8.2.7 Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, foi o de acordo com os seguintes quadros:

Ativo Bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e Trsf.	Saldo final
Bens de Domínio Público								
Terrenos e recursos naturais	12.804.580,40	-572.158,43			-696.575,06			11.535.846,91
Edifícios								0,00
Outras construções e Infra-estruturas	32.520.157,01	25.597.412,43	270.104,63		1.043.570,26			59.431.244,33
Bens do património histórico, artístico e cultural	23.000,00							23.000,00
Outros bens de domínio público	3.183.896,79							3.183.896,79
Imobilizações em curso	107.277,83				-107.277,83			0,00
	48.638.912,03	25.025.254,00	270.104,63	0,00	239.717,37	0,00	0,00	74.173.988,03
Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de instalação								0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento								0,00
Propriedade industrial e outros direitos	583.095,82		51.317,86		135.292,54			769.706,22
Imobilizações em curso	135.292,54				-135.292,54			0,00
	718.388,36	0,00	51.317,86	0,00	0,00	0,00	0,00	769.706,22
Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	46.545.330,27	-817,00			4.740,00			46.549.253,27
Edifícios e outras construções	93.234.047,74	78.149,88	46.549,49		-13.652,03			93.345.095,08
Equipamento básico	7.623.355,81		956,38			-4.663,25		7.619.648,94
Equipamento de transporte	2.537.435,36					-8.646,40		2.528.788,96
Ferramentas e utensílios	156.528,70		1.783,72					158.312,42
Equipamento administrativo	2.605.362,12		187.621,33			-15.985,56		2.776.997,89
Taras e vasilhame								0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.639.722,04		17.994,39			-2.214,64		1.655.501,79
Imobilizações em curso	230.805,34				-230.805,34			0,00
	154.572.587,38	77.332,88	254.905,31	0,00	-239.717,37	-31.509,85	0,00	154.633.598,35
Investimentos Financeiros								
Partes de Capital	2.028.639,37		201.606,44					2.230.245,81
Obrigações e títulos de participação			3.078.068,01					3.078.068,01
Investimentos em imóveis								0,00
Terrenos e recursos naturais								0,00
Edifícios e outras construções								0,00
Outras aplicações financeiras								0,00
Depósitos em instituições financeiras								0,00
Títulos da dívida pública								0,00
Outros títulos								0,00
Imobilizações em curso								0,00
	2.028.639,37	0,00	3.279.674,45	0,00	0,00	0,00	0,00	5.308.313,82
Total	205.958.527,14	25.102.586,88	3.856.002,25	0,00	0,00	-31.509,85	0,00	234.885.606,42

Amortizações e Provisões

	Rubricas	Saldo inicial	Anos Anteriores	Exercício	Total	Regularizações	Saldo final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	33.718.003,91	12.626.848,61	5.398.498,77	18.025.347,38	1.439.526,53	50.303.824,76
482	DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	22.737.047,34	0,00	2.158.762,29	2.158.762,29	108.851,40	24.786.958,23
4822	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	9.321.694,16	0,00	1.768.682,22	1.768.682,22	77.476,91	11.012.899,47
48221	EDIFÍCIOS	5.990.947,13		1.024.709,26	1.024.709,26		7.015.656,39
48222	OUTRAS CONSTRUÇÕES	3.330.747,03		743.972,96	743.972,96	77.476,91	3.997.243,08
4823	EQUIPAMENTO BÁSICO	7.524.599,10		44.157,90	44.157,90	4.527,89	7.564.229,11
4824	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.314.920,99		56.476,02	56.476,02	8.646,40	2.362.750,61
4825	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	147.621,70		4.002,78	4.002,78		151.624,48
4826	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.910.475,95		239.271,30	239.271,30	15.985,56	2.133.761,69
4829	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	1.517.735,44		46.172,07	46.172,07	2.214,64	1.561.692,87
483	DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	576.840,01	0,00	66.230,86	66.230,86	0,00	643.070,87
4833	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS	576.840,01		66.230,86	66.230,86		643.070,87
485	DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	10.404.116,56	12.626.848,61	3.173.505,62	15.800.354,23	1.330.675,13	24.873.795,66
4853	OUTRAS CONSTRUÇÕES E	9.458.867,46	12.626.848,61	3.019.727,33	15.646.575,94	1.330.675,13	23.774.768,27
4855	BENS DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO,	5.750,00		1.150,00	1.150,00		6.900,00
4859	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	939.499,10		152.628,29	152.628,29		1.092.127,39
49	Provisões para investimentos Financeiros	0,00		674.139,37	674.139,37		674.139,37
492	Obrigações e títulos de participação	0,00		674.139,37	674.139,37		674.139,37
		33.718.003,91	12.626.848,61	5.398.498,77	18.025.347,38	1.439.526,53	50.303.824,76

8.2.8. Desagregação das rubricas dos mapas atrás referidos.

Os intervalos das taxas de Amortização aplicadas às rubricas dos mapas antecedentes são os seguintes:

Conta	Descrição	Taxas de Amortização (intervalo)
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	5%

8.2.9. Não foram capitalizados custos relativos as empréstimos bancários contraídos para suportar a construção de imobilizados.

8.2.10. Não se aplica.

8.2.11. Não se registaram reavaliações. Os efeitos do processo de inventariação foram todos reconhecidos por contrapartida da conta de Resultados Transitados.

8.2.12. Os bens de Imobilizado sem valorização estão apresentados em lista Anexa. São bens relacionados com Terrenos, as Escolas que foram cedidas pelo Ministério de Educação em 2014, bem como todo o equipamento administrativo nelas existentes, Livros e Obras de Arte.

8.2.13. Não se aplica.

8.2.14. Não se aplica.

8.2.15. Não se aplica.

Na listagem apresentada da Nota 8.2.12 surgem bens de domínio público que não se encontram valorizados pelos motivos explicados na Nota 8.2.2, acima.

8.2.16. Investimentos Financeiros.

Os capitais próprios das participadas a 31/12/2014 são os seguintes:

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	CAPITAL SOCIAL EM 2014	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL EM 2014	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL EM 2013	%	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 2014	RESULTADO LÍQUIDO EM 2014	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 2013	RESULTADO LÍQUIDO EM 2013
MUNICIPÁLIA - Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odívelas, E.M	649.639,37	0,00	649.639,37	100	-1.005.176,28	-41.074,96	-275.677,54	-749.141,31
SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A	38.700.000,00	1.354.500,00	1.354.500,00	3,5	70.002.536,00	6.008.668,00	67.824.419,00	5.236.957,00
Odívelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	50.000,00	0,00	24.500,00	49	-713.452,79	-195.083,64	-684.416,57	-207.099,02
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A	25.200.000,00	135.945,00	0,00	0,54	59.090.881,00	240.531,00	61.558.911,00	6.410.561,00
TOTAL	64.599.639,37	1.490.445,00	2.028.639,37		127.374.787,93	6.013.040,40	128.423.235,89	10.691.277,67

A Municipália, EM, encontra-se em processo de liquidação para futura internalização.

Em Junho de 2014 a Câmara de Odivelas foi intimada pela Inspeção Geral de Finanças para proceder à dissolução da empresa, dado que se encontrava em incumprimento com o disposto no n.º 1 do artigo 62º da Lei n.º 50/2012.

Desta forma, foi decidido pelo Município a dissolução da empresa com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2014, procedendo-se à internalização das atividades desenvolvidas pela empresa.

Em 1 de Novembro de 2014 a empresa entrou em liquidação.

Relativamente à Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., trata-se de uma sociedade anónima onde o Município detém 49% do seu capital.

Muito embora à data as contas da empresa não estejam ainda aprovadas pelos acionistas, em 31 de Dezembro de 2014 as contas provisórias apontam para Capitais Próprios negativos (2013: negativo em 684.417 euros), encontrando-se a empresa nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Contudo, o resultado líquido do exercício (provisório) é positivo.

Não tem sido contemplado nas contas do Município a cobertura de prejuízos desta participada, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do estabelecido na Lei 50/2012, de 31 de Agosto.

Esta situação é justificada pelo facto da empresa ter preparado um plano onde contempla um período de investimento e o período em que conseguirá reverter os prejuízos desse investimento.

Esse plano foi apresentado à Inspeção Geral de Finanças para apreciação, conforme estabelece o n.º 5 do artigo 40º.

À data de 31 de Dezembro de 2014 não existem desvios negativos face aos Cash Flows estimados que obriguem ao Município a fazer cobertura desses desvios.

Em 18 de Setembro de 2009 foi celebrado contrato de constituição de um direito de superfície de 2 imóveis do Município pelo prazo de 25 anos a favor da empresa. Este contrato tem como finalidade a conceção, implementação, desenvolvimento, construção, manutenção, conservação e exploração de Escola do Ensino Básico do 1º ciclo e jardim-de-infância do Casal dos Apréstimos e de um Pavilhão Municipal de Odivelas. Nesse mesmo contrato, o Município aceitou tomar de arrendamento ambos os imóveis a construir, pelo prazo

de 23 anos e 6 meses mediante o pagamento de rendas. Para a concretização destes projetos, a ODIVELASVIVA, S.A contraiu junto da CGD um financiamento até ao montante de 22,592 milhões de Euros, bem como um financiamento de apoio à tesouraria de 500.000,00 Euros. Como garantia do financiamento, e tal como referido no contrato, foi entregue à CGD uma Carta Conforto emitida pelo Município e hipotecados os direitos de superfície supram identificados, abrangendo todas as construções e benfeitorias que existam e venham a existir nos prédios.

O contrato de arrendamento do Pavilhão Multiusos foi assinado em 26 de Junho de 2012, com a produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e termino em 17 de Setembro de 2036, tendo sido fixada renda anual de 1.064.450,04 euros, sendo atualizada anualmente à taxa de 2%.

Quanto à escola EB1 / JI do casal dos Apréstimos, o contrato de arrendamento foi assinado em 26 de Junho de 2012, com a produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e termino em 17 de Setembro de 2036, tendo sido fixada renda anual de 680.550 euros, sendo atualizada anualmente à taxa de 2%.

Contudo, em 31 de Dezembro de 2014 a exploração do Pavilhão Multiusos encontra-se já internalizado no Município de Odivelas.

Em 2014 no Município foi relevada a participação financeira relativa a 0,54% do capital social da VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A.

Esta aquisição foi aprovada pela Assembleia Municipal na 12ª Sessão extraordinária realizada a 31 de Julho de 2013.

As transações e saldos existentes no ano de 2014 com estas entidades são os seguintes:

DEVEDORES			CREDITORES	
Saldos	Conta POC	Valor	Conta POC	Valor
Municipália	26	558.024,50		0,00
Simtejo			22	3.572.384,37
Odivelas Viva				0,00
Valorsul			22	8.165,23
Total				3.572.384,37

Do saldo devedor apresentado da Municipália, cerca de 548.000 euros estão provisionados atendendo a que a empresa se encontra em processo de liquidação e não há expectativas de virem a ser recuperados esses montantes.

CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS	
Transações	Conta POC	Valor	Conta POC	Valor
Municipália	62	35.081,93	76	548.000,00
	63	548.000,00	78	10.024,50
	69	900.192,24		
Sub - Total		1.483.274,17		558.024,50
Simtejo	62	4.635.100,61		
	65	90.156,58		
	68	123.509,46	78	98.031,72
Sub - Total		4.848.766,65		98.031,72
Odivelas Viva	62	2.067.665,30		
Sub - Total		2.067.665,30		
Valorsul	62	15.525,32		
	65	3.008,82	78	1.233,92
Sub - Total		18.534,14		1.233,92
Total		8.418.240,26		657.290,14

O valor relevado na 69 da Municipália corresponde a transferências de capital para fazer face a pagamentos no âmbito da liquidação da Sociedade, nomeadamente:

- Pagamento da Conta Corrente Caucionada à CGD	420.000 euros
- Pagamento de indemnizações ao pessoal	479.994 euros

O valor relevado na conta 63 corresponde aos pagamentos efetuados à Municipália no âmbito do contrato programa assinado para 2014. Contudo, na 9ª reunião extraordinária a 7 de Novembro de 2014 foi decidido a resolução desse contrato programa, bem como o consequente ressarcimento à Câmara de Odivelas, operação essa refletida na conta 76.

Na conta de investimentos financeiros está ainda relevada a subscrição de unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto.

Nos termos do artigo 19º da referida Lei, a realização do capital decorrerá nos próximos 7 anos, com início em 2015 (no montante de 440 milhares de euros), através de duas prestações anuais a ocorrer nos meses de Junho e Dezembro.

Foi emitida uma Nota Explicativa por parte do SATAPOCAL, a qual preconiza o reconhecimento, já em 2014, da subscrição das Unidades de Participação, por contrapartida de um passivo, refletido na conta de Outros Credores, o qual não releva para efeitos de endividamento, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

8.2.17. Não se aplica

8.2.18. Não se aplica

8.2.19. Ver nota 8.2.12.

8.2.20. Não se aplica.

8.2.21. Não se aplica

8.2.22. Em 31 de Dezembro de 2014, as dívidas de Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa que se encontram incluídas em dívidas a receber ascendem a 2.884.085 Euros, encontrando-se totalmente provisionadas.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE COBRANÇA DUVIDOSA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	2.890.450,44	14.309,29	20.674,75	2.884.084,98
TOTAL	2.890.450,44	14.309,29	20.674,75	2.884.084,98

Trata-se de dívida dos SMAS – Serviços Municipalizados de Loures ao Município de Odivelas relativa às receitas de águas residuais (Tarifa fixa – Conceito 21 e tarifa variável – Conceito 26) cobradas aos municípios de Odivelas, no período de 2002 a 2006, encontrando-se a presente dívida em processo de negociação.

Incluído no Saldo inicial está ainda um montante relativo à provisão efetuada relativamente às T.M.U – Taxas Municipais de Urbanização.

De referir que a partir de Janeiro de 2005 a Câmara Municipal de Odivelas passou a suportar os custos com o tratamento das águas residuais dos seus Municípios, reconhecendo como proveito, a título compensatório, 62,5% do total das receitas dessa natureza cobradas pelos Serviços Municipalizados de Loures. Os restantes 37,5% são retidos por esta entidade para fazer face aos custos incorridos com investimento, pessoal, manutenção e conservação do sistema em baixa, não existindo estudo técnico que demonstre e suporte as referidas percentagens. A Câmara não efetua qualquer reflexo patrimonial e orçamental do valor retido dado que os contratos de tratamento de águas residuais relativos ao referido sistema são celebrados diretamente entre os Municípios e os Serviços Municipalizados de Loures.

O aumento da conta “clientes de cobrança duvidosa” (14.309 Euros) deve-se à provisão efetuada relativamente às dívidas em atraso da conta “Rendas e Alugueres”.

A redução está relacionada com utilização da provisão em saldos relacionados com habitação social e taxas de loteamento e obras, que tinham sido liquidados a municípios e que foram objecto de anulação.

8.2.23. Dívidas – Pessoal (ativas e passivas).

As rubricas de pessoal, decompõem-se da seguinte forma:

DÍVIDAS PESSOAL	SALDO INICIAL	
	ATIVAS	PASSIVAS
Cauções do pessoal	0,00	1.371,70
TOTAL	0,00	1.371,70

As Dívidas Ativas respeitantes ao Pessoal da Autarquia são nulas.

Relativamente às Dívidas Passivas de Pessoal, salienta-se o seguinte:

- O montante de 1.371,70 Euros referente a “Cauções do Pessoal” corresponde aos créditos de depósitos de garantia/cauções do pessoal relativo ao exercício de funções de manuseamento de valores, determinados por lei.

8.2.24. Não se aplica.

8.2.25. Dividas ao Estado e Outros Entes Públicos em mora.

Não existem débitos ao Estado e Outros Entes Públicos cujo pagamento esteja em mora. No entanto, a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, reflete um saldo credor de 662.695 Euros e decompõe-se da seguinte forma:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2013	2014
Retenção de Imposto sobre o rendimento	177.217,94	192.343,09
Iva a pagar	759,49	4.502,98
IVA - Liquidações oficiosas	-1.183,39	-1.183,39
Caixa Geral de Aposentações	300.573,76	331.096,24
ADSE	28.405,48	42.226,14
Segurança Social	93.524,85	93.596,99
Serviços de Assistência Médica	60,16	112,95
TOTAL	599.358,29	662.695,00

8.2.26. A desagregação das responsabilidades dos fundos caucionados por fornecedores de imobilizado e credores diversos encontra-se discriminado no mapa de operações de tesouraria.

Para 2015 transita um valor de fundos caucionados de 16.790.389,63 Euros, resultante de um saldo inicial de 24.383.381,92 Euros a que acresceu a prestação de 941.339,34 Euros, a liberação de Garantias/Cauções no montante de 8.517.122,94 Euros e garantias acionadas no montante de 17.208,69 Euros.

DESAGREGAÇÃO DAS CONTAS DE ORDEM	SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Garantias e cauções	24.383.381,92	0,00	8.534.331,63	941.339,34	16.790.389,63	0,00
Cauções de Empreitadas	568.771,84	0,00	156.806,79	78.626,50	490.591,55	0,00
Cauções de Prestações de Serviços	8.950,19	0,00	625,29		8.324,90	0,00
Garantias Bancárias	23.805.659,89	0,00	8.376.899,55	862.712,84	16.291.473,18	0,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	24.383.381,92	0,00	8.534.331,63	941.339,34	16.790.389,63	0,00

8.2.27. Os movimentos nas rubricas de provisões, durante o exercício de 2014 foram os seguintes:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
19 - Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - Provisões para cobranças duvidosas	3.169.076,86	570.403,29	54.135,55	3.685.344,60
292 - Provisões para riscos e encargos	2.561.812,35	0,00	0,00	2.561.812,35
39- Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49- Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.730.889,21	570.403,29	54.135,55	6.247.156,95

As provisões para cobrança duvidosa registadas têm por base 100% do valor das dívidas constantes na conta 21.8 – Clientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

Neste exercício foi utilizada provisão no valor de 54.135,55 Euros relacionado com a anulação de saldos relacionados com taxas de loteamento e obras, que tinham sido liquidados a munícipes em anos anteriores e já tinham sido objeto de provisão.

O saldo de provisões para cobrança duvidosa, inclui o montante de 2.876.950,76 Euros, refere-se à dívida dos SMAS – Serviços Municipalizados de Loures ao Município de Odivelas relativa às receitas de águas residuais (tarifa fixa – Conceito 21 e Tarifa variável – Conceito 26) cobradas aos munícipes de Odivelas, no período de 2002 a 2006.

O aumento do montante da conta “Provisões para cobrança duvidosa” deve-se à provisão efetuada referente às dívidas em atraso de Rendas e Alugueres, no montante de 22.403,29 Euros e de saldos devedores da Municipália, no valor de 548.000 euros.

O valor acumulado de provisões para riscos e encargos constituídos até 2014 cifra-se em 2.561.812,35 Euros e respeita a riscos e encargos associados a processos judiciais onde a Câmara Municipal de Odivelas é ré.

No âmbito do apoio à instalação de novos municípios, definida na Lei 142/85 e na Lei 48/99, o Município de Odivelas peticionou uma ação administrativa comum sob a forma ordinária à Presidência do Conselho de Ministros no montante de 18.319.767,91 Euros.

8.2.28. Fundo Patrimonial.

O Fundo Patrimonial apresentava um saldo inicial de 115.913.305,06 Euros, relativo a Património, Reservas Legais e Resultados Transitados. Os movimentos ocorridos na classe 5 foram os seguintes:

- Incremento na conta 57.1 – Reservas Legais, no montante de 287.234,48 Euros, em resultado da aplicação de resultados de 2013;
- Incorporação de 5.457.455,12 Euros do Resultado Líquido do exercício de 2013, na conta 59.1 – Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos;
- Diminuição na conta 59.2 – Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património, no montante de 13.883.890,31 Euros.

FUNDO PATRIMONIAL	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 - Património	318.430.575,44	0,00	0,00	318.430.575,44
57.1 - Reservas Legais	1.498.615,94	287.234,48	0,00	1.785.850,42
57.4 - Reservas Livres	0,00	0,00	0,00	0,00
57.6 - Doações	32.353,99	0,00	0,00	32.353,99
59.1 - Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos	34.924.318,14	5.457.455,12	0,00	40.381.773,26
59.2 - Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património	-244.420.819,18	25.102.586,88	11.218.696,57	-230.536.928,87
59.2 - Regularizações efetuadas aos projetos comparticipados	-296.428,87	0,00	0,00	-296.428,87
88 - Resultado Líquido	5.744.689,60	1.820.467,16	5.744.689,60	1.820.467,16
TOTAL	115.913.305,06	32.667.743,64	16.963.386,17	131.617.662,53

O incremento dos Fundos Patrimoniais de 13.883.890 euros decorre do facto de em 2014 ter sido efetuado o levantamento por parte da DGOU das cedências / construções resultantes dos alvarás existentes, tendo para o efeito sido identificados montantes que foram corrigidos no módulo de património.

Para os bens em que não foram identificados os montantes de construção / cedências e os respetivos autos de receção, foram desvalorizados para zero.

Foi decisão do Município proceder-se à constituição de uma Comissão de Avaliação, a qual terá como objetivo, designadamente, efetuar uma correta valorização para os bens que atualmente estejam a zero, tendo em conta o preconizado no POCAL para este efeito, ou seja:

- Custo de aquisição ou custo de produção (ponto 4.1.1 do POCAL);
- Valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos da lei (ponto 4.1.4 do POCAL).
- Avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens (ponto 4.1.4 do POCAL).
- Valor zero (ponto 4.1.4 do POCAL).

8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	2014	2013
		MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
32/36 - Existências Iniciais	2.857,20	99.555,27	125.381,63
312/316 - Compras	0,00	14.490,88	22.458,85
38 - Regularizações de Existências	0,00	3.587,84	3.179,53
32/36 - Existências Finais	2.857,20	85.195,43	99.555,27
612/616 - Custo do Exercício	0,00	32.438,56	51.464,74
CMVMC = EI+C+/-REG-EF	0,00	32.438,56	51.464,74

Em 2014, o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas situou-se em 32.438,56 Euros. Na conta 32 – Mercadorias são contabilizados os contratos promessa Compra – Venda de habitação social, não se aplicando a sua movimentação à lógica do presente quadro.

8.2.30. Não se aplica.

8.2.31. Demonstração de Resultados Financeiros.

O quadro abaixo visa apurar os ganhos ou perdas financeiras do Município de Odivelas, ou seja, os custos suportados pela utilização de recursos financeiros e os proveitos resultantes de aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo.

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	740.996,70	656.446,52	781	Juros obtidos	29.835,75	5.258,12
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	6.552.896,01	6.498.347,71
684	Provisões para aplicações financeiras	674.139,37	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	99.265,64	134.069,30
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Descontos P.P Concedidos	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	55,29	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	1.133,37	1.129,78	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS		5.265.783,25	5.980.098,83				
		6.682.052,69	6.637.675,13			6.682.052,69	6.637.675,13

Em 2014, os resultados financeiros positivos de 5.265.783,25 Euros sofrem uma variação negativa de 12% face a 2013 consequência sobretudo, da constituição de provisões para as aplicações financeiras – participação na Municipália (empresa em processo de liquidação) e da empresa Odivelas Viva uma vez apresentar capitais próprios negativos.

O montante de 6.552.896,01 Euros na rubrica 783 – Rendimentos de Imóveis é resultante das rendas de concessão pagas pela EDP, nos termos da Portaria n.º 437/2001, de 28 de Abril e das receitas de águas residuais (tarifa fixa – conceito 21 e Tarifa variável – conceito 26) cobradas aos munícipes de Odivelas.

Na conta 784 está refletida a estimativa dos dividendos a atribuir pela SIMTEJO ao Município de Odivelas, que detém 3.5% do seu capital social (98.031,72 euros) e da Valor Sul, cuja participação é de 0,54%, no valor de 1.233,92 euros.

O montante refletido na rubrica na rubrica 688 – Outros custos e perdas financeiras resulta de custos com serviços bancários.

8.2.32. Demonstrações de Resultados Extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

(Euros)

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	4.079.841,68	2.954.848,92	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	138,72	0,00	79.3	Ganhos em existências	479,42	3.177,24
694	Perdas em imobilizações	135,36	38.044,66	794	Ganhos em imobilizações	46.713,00	0,00
695	Multas e penalidades	10,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	797.789,15	219.860,85
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	54.135,55	177.250,34
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	612.658,48	17.347,09	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	77.159,06	70.191,30
698	Outros custos e perdas extraordinários	55.543,96	10.433,72	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	698.968,29	710.663,02
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		-3.073.083,73	-1.839.531,64				
		1.675.244,47	1.181.142,75			1.675.244,47	1.181.142,75

Os resultados extraordinários registaram um valor negativo de 3.073.083,73 Euros, uma variação positiva face ao ano anterior de 67%.

As correcções relativas a exercícios anteriores, na vertente dos custos, são relativas ao reconhecimento de dívida dos Ex-SMAS de Loures (279 milhares de euros) e 192 milhares de euros de devoluções a entidades do Município como Bombeiros e Associações Locais, cujos protocolos tinham sido autorizados em anos anteriores.

Do montante relevado em Outros proveitos extraordinários, cerca de 528.023,13 Euros refere-se à transferência da rubrica de Proveitos Diferidos relativos a subsídios ao investimento, na proporção das respetivas amortizações dos bens.

A maior rubrica destas contas corresponde às transferências de capital que o Município de Odivelas efetua a terceiros, decomposto da seguinte forma:

	ANO 2014	ANO 2013
Empresas Municipais	899.192,24	738.385,79
Freguesias	2.825.698,02	2.197.463,13
Colectividades	227.040,00	19.000,00
Bombeiros	127.911,42	0,00
TOTAL	4.079.841,68	2.954.848,92

O valor relevado na Municpália corresponde a transferências de capital para fazer face a pagamentos no âmbito da liquidação da Sociedade, nomeadamente:

- Pagamento da Conta Corrente Caucionada à CGD	420.000 euros
- Pagamento de indemnizações ao pessoal	479.994 euros

8.2.33. Outras Informações consideradas relevantes.

Responsabilidades de curto prazo

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações encontram-se identificados no mapa de empréstimos.

A 31 de Dezembro de 2014, a Dívida com os Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo totaliza 20.999.756,73 Euros, sendo que as responsabilidades de curto prazo são de 3.777.831,38 Euros, conforme quadro seguinte:

ENTIDADE	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO	SALDO EM 31.12.2014	PREVISÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS PARA O PRÓXIMO ANO		
			AMORTIZAÇÃO	JUROS REMUNERATÓRIOS	TOTAL
Caixa Geral de Depósitos	53.081.752,98	17.008.695,94	2.990.420,42	100.718,24	3.091.138,66
Banco Português de Investimento	10.628.875,00	2.512.394,92	707.646,48	16.229,83	723.876,31
Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana	1.976.457,00	1.478.665,87	79.764,48	21.099,34	100.863,82
TOTAL	65.687.084,98	20.999.756,73	3.777.831,38	138.047,41	3.915.878,79

Dívidas de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2014, as Dívidas de Terceiros têm a seguinte composição:

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO	2013	2014
Cientes C/C	20.310,40	9.116,33
Contribuintes C/C	2.305.536,55	2.056.757,36
Multas, Coimas e Outras Penalidades	12.134,52	13.116,80
Loteamento e Obras	2.293.192,69	1.984.046,45
Ocupação da Via Pública	0,00	59.384,77
Outros	209,34	209,34
Utentes C/C	62.566,73	96.462,13
Serviços Específicos das Autarquias	2.531,10	2.188,24
Rendas e Alugueres	60.035,63	88.629,39
Outros Utentes	0,00	5.644,50
Cientes , contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2.890.450,44	2.884.084,98
Estado e outros entes públicos	1.183,39	1.183,39
Outros Devedores	2.909.186,81	2.399.714,37
TOTAL	8.189.234,32	7.447.318,56

O saldo da rubrica Contribuintes c/c, no montante de 2.056.757,36 Euros, refere-se aos valores devidos ao Município de aplicação de coimas e custas de processos de contra-ordenação e de loteamento de obras.

O saldo devedor com os Utentes c/c corresponde às receitas devidas a rendas de habitação social e alugueres de pavilhões desportivos (96.462,13 Euros).

O saldo devedor de 2.399.714,37 Euros respeita, essencialmente, ao seguinte:

Verbas a receber da DREL - 628.051,59 Euros;

- Às rendas devidas pela empresa EDP – Serviço Universal, S.A no âmbito do contrato de concessão no montante de 482.640,97 Euros;

- 372.411,63 Euros – verbas a receber de projetos comparticipados;

Dividas a Terceiros de Curto Prazo

Os valores das dívidas a terceiros decompõem-se, da seguinte forma:

DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO	2013	2014
Adiantamentos por conta de vendas	1.462,32	1.462,32
Fornecedores C/C	10.055.188,68	5.006.458,99
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.303.438,07	2.317.787,90
Fornecedores de Imobilizado C/C	289.538,80	220.943,83
Estado e Outros Entes Públicos	600.541,68	663.878,39
Outros Credores	1.562.428,78	4.455.940,84
TOTAL	14.812.598,33	12.668.486,27

A rubrica de fornecedores c/c compreende saldos em dívida à data de 31 de Dezembro 2014, dos quais se destacam:

- Acordo celebrado em 28 de Dezembro de 2012, com a SIMTEJO, S.A., do qual se encontra em dívida 2.545.027,06 Euros, dos quais 1.019.575,31 Euros são para liquidar no curto prazo e o remanescente, no montante de 1.525.451,75 Euros a médio e longo prazo.

- Cedência de Créditos da SIMTEJO, S.A., à Caixa Geral de Depósitos, cuja dívida em 31 de Dezembro de 2014 é de 1.854.984,62 Euros, dos quais 645.284,27 Euros são para liquidar no curto prazo e o remanescente, no montante de 1.209.700,35 Euros a médio e longo prazo;

- EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A, no montante de 99.046,46 Euros;

- SMAS, no montante de 159.605,83 Euros;

Na rubrica "Fornecedores – Faturas em recepção e conferência", os principais saldos que decompõem o montante em aberto a 31 de Dezembro de 2014, são os seguintes:

- SIMTEJO, S.A., no valor de 867.027,75 Euros;

- UNISELF, S.A., no valor de 186.410,41 Euros;

- EDP Universal, S.A – 134.016,39 Euros;

- ADSE – 102.065,33 Euros.

A rubrica de Fornecedores de Imobilizado refere-se essencialmente, a dívidas referentes a empreitadas e obras, destacando-se as seguintes:

- NOVEDUC, S.A., no montante de 90.405 Euros;

- OAPM, S.A., no montante de 63.057,60 Euros;

O saldo da rubrica Outros Credores, no montante de 4.455.940,84 Euros, respeita essencialmente ao seguinte montante em divida:

- Fundo de Apoio Municipal – 3.078.068,01Euros;

Prazo Médio de Pagamento

O Prazo Médio de Pagamentos é de 152 dias (2013: 197 dias).

Acréscimos e Diferimentos Ativos

De acordo com o princípio de especialização do exercício, o Município de Odivelas contabilizou em Acréscimos e Diferimentos o seguinte:

SALDOS DEVEDORES	2013	2014
271 - Acréscimos de Proveitos		
Juros a Receber	313,53	150,22
Outros Acréscimos de Proveitos	6.204.934,94	2.966.242,95
Sub - Total	6.205.248,47	2.966.393,17
272 - Custos Diferidos		
Assistência Técnica	1.773,89	979,39
Seguros	82.554,11	20.153,98
Outros Custos Diferidos	144.261,71	190.745,73
Sub - Total	228.589,71	211.879,10
TOTAL	6.433.838,18	3.178.272,27

Em Acréscimos de Proveitos, os principais movimentos considerados neste saldo são:

- Especialização da receita do SIMAR relativo a Novembro e Dezembro de 2014 – 784.484,62 Euros;
- Valores a Receber da DREL para pagamento a pessoal não docente – 562.457,92 Euros;
- Especialização dos Impostos Diretos – 874.318,74 Euros;
- Estimativa de Receita Lisboa Gás relativa a taxa de ocupação de via pública – 375.517 Euros.

Na rubrica Outros Custos diferidos foram contabilizadas Rendas de instalações e de Habitação social, pagas antecipadamente.

Acréscimos e Diferimentos Passivos

SALDOS CREDORES	2013	2014
273 - Acréscimos de Custos		
Seguros a Liquidar	11.317,39	0,00
Remunerações a Liquidar	2.626.418,26	2.748.810,64
Juros a Liquidar	261.995,23	512.518,53
Assistência Técnica	56.241,80	0,00
Outros Acréscimos de Custos	4.288.868,86	3.744.588,16
Sub - Total	7.244.841,54	7.005.917,33
274 - Proveitos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	21.612.361,93	21.084.338,80
Outros Proveitos Diferidos	49.980,81	64.132,05
Sub - Total	21.662.342,74	21.148.470,85
TOTAL	28.907.184,28	28.154.388,18

O saldo da conta 27.3 – Acréscimos de custos inclui essencialmente:

- 2.748.810,64 Euros de remunerações e os respetivos encargos s/remunerações, referente a Férias e subsídio de Férias a liquidarem em 2015;
- 512.518,53 Euros de juros a liquidar, relativos aos custos de financiamento a reconhecer em 2014 associados ao serviço da dívida de médio e longo prazo;
- 3.737.175,47 Euros relativos a outros custos incorridos em 2014, cuja Factura só deu entrada nos Serviços em 2015.

Na conta 27.4 – Proveitos Diferidos, estão incluídos os subsídios para investimento, no montante de 21.084.338,80 Euros, atribuídos à autarquia, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, os quais estando associados a ativos, são reconhecidos na conta "79.8.3 – Proveitos e ganhos extraordinários – transferências de capital", de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens subsidiados.

Endividamento Municipal

	Demonstração do cálculo dos limites de endividamento municipal para 2014	MONTANTE (euros)
1	Receita corrente bruta em 2011	57.496.362,71
2	Reembolsos e restituições pagas em 2011	463.653,35
3	Receita corrente líquida em 2011	57.032.709,36
4	Receita corrente bruta em 2012	57.331.676,26
5	Reembolsos e restituições pagas em 2012	298.089,41
6	Receita corrente líquida em 2012	57.033.586,85
7	Receita corrente bruta em 2013	54.881.468,77
8	Reembolsos e restituições pagas em 2013	630.624,42
9	Receita corrente líquida em 2013	54.250.844,35
10	Média da Receita corrente líquida cobrada em 2011/2012/2013	56.105.713,52
11	Limite de Endividamento	84.158.570,28
	Situação do endividamento municipal a 31 de Dezembro de 2013	MONTANTE (euros)
1	Total das dívidas a terceiros de médio e longo prazo de operações orçamentais	20.999.756,73
2	Total das dívidas a terceiros de curto prazo de operações orçamentais	8.073.783,49
3	Total da dívida de operações orçamentais	29.073.540,22
4	Total da dívida das entidades participadas de operações orçamentais	22.221.091,90
5	Total da dívida de operações orçamentais	51.294.632,12
	Situação face aos limites	MONTANTE (euros)
	Endividamento Líquido - margem	32.863.938,16